



## COMITÊ INTERFEDERATIVO

## ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Em vinte e nove de março de dois mil e vinte e três, às catorze horas e trinta minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pela plataforma do YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=xm5hniWH2go> e presencialmente na cidade de Vitória/ES, teve início a 67ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

<b>Item 1 - PAUTAS DA PRESIDÊNCIA - ABERTURA DA REUNIÃO ORDINÁRIA</b>	
<b>1.1 Apresentação dos presentes, verificação do quórum e leitura da Pauta.</b>	
<b>Discussão</b>	A reunião teve início com apresentação dos membros do Comitê, Câmaras Técnicas, Fundação Renova e convidados da reunião. Moara Giasson informou sobre solicitações de inclusão extrapautas pela CT-SAÚDE e inversões de pauta. O membro Felipe Rigoni sugeriu antecipação do momento de fala dos atingidos para as 14h do segundo dia de reunião.

<b>Item 1 – PAUTAS DA PRESIDÊNCIA</b>	
<b>1.2 Informes</b>	
<b>Discussão</b>	Moara Giasson informou sobre GTs temáticos para tratar do Plano de Manejo de Rejeitos do trecho 12 e licenciamento e dragagem de Candonga que estavam operando, bem como do GT de elaboração de modelo técnico conceitual sobre o desastre para subsidiar tomadas de decisões mais assertivas. Ainda, informou sobre a realização de Reunião Intercâmaras para abordar as solicitações de representantes do sul da Bahia; os integrantes das Câmaras Técnicas estavam elaborando Nota Técnica Intercâmaras contendo a análise dos dados disponíveis sobre a questão. Em seguida, foi apresentada minuta de deliberação do Orçamento 2023. A proposta seria de aprovação com ressalvas, diante de pequenos dissensos com a Fundação Renova, como algumas capacitações e aquisições. Previsão de imediato início de execução plena fixando valor de R\$ 20.842.600,00, com base no valor aprovado para 2022 com correção. Quanto aos itens ainda não acordados, os orçamentos seria fixado valor de R\$ 1.084.033,53, garantindo realocação de valores não utilizados caso esse valor se mostre insuficiente. Ainda, foi salvaguardada a possibilidade de reavaliação do orçamento caso o valor se mostre insuficiente até julho de 2023. A Fundação enviou solicitação de dilação do prazo para avaliação de novo aporte até final de setembro de 2023. Incluída proposta da Fundação Renova.
<b>Deliberação nº 658</b>	Aprovada

<b>Item 2 – CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL (CT-PDCS)</b>	
<b>2.1: Avaliação de proposta de revisão do Programa de Comunicação Nacional e Internacional – PG 36</b>	
<b>Discussão</b>	João Luiz Paste informou que, por determinação do TTAC, a Fundação Renova deveria apresentar até 2016 o Programa de Comunicação Regional, Nacional e Internacional por meio de sítio eletrônico em no mínimo 2 idiomas, abrangendo os programas e ações desenvolvidos por força do acordo a ser mantido por, no mínimo, 10 anos; o objetivo seria comunicar à sociedade, aos atingidos, aos órgãos reguladores e aos demais interessados, a fim de evitar informações falsas sobre o processo de reparação, assim como espaço de discussão e construção coletivas de ideias relacionadas ao processo de reparação promovido pela Fundação Renova. A Deliberação CIF nº 519 aprovou o escopo programa em abril de 2021; já a Deliberação CIF nº 530 elencou pontos e determinou o aperfeiçoamento do acesso às informações no portal da transparência. Os objetivos principais desta nova versão apresentada pela Fundação são a inserção de matriz de responsabilidade, aprimoramento dos fluxos relacionados a produção de conteúdos, aprimoramento do fluxo de respostas das perguntas em sites e redes sociais, e a revisão de indicadores de alcance em redes sociais, entre outros. A Nota Técnica apresentada propõe que o CIF aprove a nova versão do programa. Jadilson Gomes questionou sobre questões acerca de produção em linguagem acessível, ao que João Luiz Paste respondeu que estão previstos novos ajustes esse ano, incluindo linguagem acessível, além de Comitês Editoriais, com participação de pessoas atingidas em alguns territórios visando a produção de conteúdo em mídias locais.
<b>Manifestação</b>	Sem objeções por parte da Fundação Renova
<b>Deliberação nº 659</b>	Aprovada

<b>Item 2 – CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL (CT-PDCS)</b>	
<b>2.2. Avaliação do Plano de Ação Territorial apresentado pela Fundação RENOVA</b>	
<b>Discussão</b>	João Luiz Paste fez breve apresentação de histórico do PG06, que tem atuação direta e centrada nos territórios atingidos, cujo novo escopo foi aprovado em 2021 e, quanto à elaboração dos planos territoriais integrados, foi prevista desde a primeira versão do Programa, visando produzir um documento para cada território com as informações precisas para a reparação naquele território. A Nota Técnica que deu base à Deliberação CIF nº 506, versa que os planos territoriais devem ser feitos de forma que o acompanhamento das ações realizadas pela Fundação Renova seja mais transparente, integrado e passível ao controle social. Desta forma, os planos seriam instrumento para que a população possa ter visão holística das ações naquele território com sua distribuição ao longo do tempo e do que será realizado. Os planos

	tem previsão de atualização semestral e, após avaliação da Câmara Técnica, foram listados alguns aperfeiçoamentos a serem incorporados nas próximas versões dos planos. Ao final da apresentação, Juliane Barroso questionou se a proposta contemplava os 11 municípios atingidos do Espírito Santo. João Luiz Paste esclareceu que uma das solicitações era de que todos os municípios atingidos fossem incorporados, assim como a área definida na Deliberação CIF nº 58. Ajustes na minuta de deliberação para inclusão de áreas deliberadas pelo CIF. Márcia Souza registrou que já havia decisão judicial para reconhecimento das áreas da Deliberação 58 pela Fundação Renova, e afirmou ser imprescindível a inserção dos municípios reconhecidos nos programas.
<b>Manifestação</b>	lara Morena Fagundes informou que muitos dos pontos apresentados já vinham sendo dialogados no âmbito da CT e destacou que o PG06 não previa atuação nas novas áreas. A Fundação manifestou por considerar aguardar decisão judicial e registrou discordância em relação ao item 11.
<b>Deliberação nº 660</b>	Aprovada.

<b>Item 3 – SECRETARIA EXECUTIVA DO CIF EM MINAS GERAIS (SECEX/MG)</b>	
<b>3.1. Análise das respostas da Fundação RENOVA à Deliberação CIF N.º 633</b>	
<b>Discussão</b>	Emilia Brito iniciou apresentação informando sobre vistoria realizada pela equipe do IEMA após denúncias do depósito de sedimentos em grandes proporções em propriedades, que permitiu a verificação de aumento de níveis de metais e contaminantes. A Deliberação CIF nº 633 determinou itens a serem cumpridos pela Fundação Renova relacionados à questão: levantamento das propriedades atingidas pelo depósito de sedimentos, assim como proposição de ações de recomposição do solo e proposta de monitoramento e, por fim, proposta de Fluxo de Comunicação e Ação para assistência em casos de deposição de sedimentos em decorrência das cheias. Após entregas e tratativas, a equipe técnica identificou o atendimento parcial do item 1.1 da deliberação, pois a Fundação Renova considerou apenas as propriedades elegíveis ao PG17. Quanto ao item 1.2 e 1.3, pela ausência de qualquer apresentação, foi considerado como não atendido na NT 01/SECEX. O item 2 da deliberação também foi considerado como não atendido. Conforme Nota Técnica 01/2023/SECEX-ES recomenda-se a notificação da Fundação pelo não atendimento dos itens 1.2, 1.3 e 2 da Deliberação CIF nº 633, além de realização de reunião intercâmaras, envolvendo CT-EI, CT-PDCS, CT-GRSA, GAT e Fundação Renova para analisar a possibilidade de ajuste de programas para responder de forma sustentável às demandas levantadas na Nota. Emilia Brito ainda enfatizou que a Fundação Renova já havia se manifestado com relação a Nota Técnica 01/2023/SECEX-ES e já havia sido respondida através da Nota Técnica 02/2023/SECEX-ES, que, considerando os novos dados e informações, o item 1 foi considerado não atendido, os itens 1.1, 1.2 e 1.3 foram considerados parcialmente atendidos e o item 2 se manteve como não atendido. Portanto, através da NT 02/2023/SECEX-ES, é mantida a recomendação de notificação da Fundação Renova pelo não cumprimento integral dos itens da Deliberação CIF nº 633. Ainda, recomenda-se o acolhimento dos itens indicados na planilha para elaboração da Proposta de Plano de Trabalho. Em relação à comunicação, Juliane Barroso questionou sobre medidas de garantias de acessibilidade, uma vez que a maioria das propriedades atingidas se encontravam em zona rural com privação de conexão de internet e, ainda, reforçou a importância de agir preventivamente. Margareth Saraiva reforçou a importância de ter clara proposição de ações antes do próximo período chuvoso, estendida também ao território mineiro. Luis Gabriel Mendonza informou sobre proposta para os trechos 13 e 14, nos quais a própria atualização dos transectos produziria informações relevantes em relação ao depósito do material oriundo do período chuvoso, portanto seria requisição de Minas Gerais também a abrangência do território pelo Plano de Trabalho para dar tratamento às propriedades atingidas pelo período chuvoso anterior e salvaguardando em relação aos próximos. Eliane Gregório registrou pedido de respeito aos atingidos por parte da Fundação Renova e relatou situações de dificuldades da população diante da contaminação no rio Doce, como a falta de água potável e as dificuldades para pesca extrativista. Júnior Loss e Margareth Saraiva manifestaram urgência em dar andamento às previsões do TTAC. Luis Gabriel Mendonza concordou com a importância de reuniões de alinhamento técnico para aprimoramento, mas reforçou a importância da aprovação da minuta de deliberação proposta para dar andamento às ações de atendimento aos atingidos.
<b>Manifestação</b>	Melina Alencar manifestou que a Fundação Renova considerava os itens como atendidos diante do que havia sido apresentado e que haveria possível desencontro de expectativas e interpretações entre o que se desejava da Fundação Renova e o que havia sido apresentado. Portanto, a Fundação Renova propôs a realização de reunião de alinhamento técnico e manifestou discordância quanto a notificação.
<b>Deliberação nº 661</b>	Aprovada com objeção por parte da Fundação Renova.
<b>Encaminhamento E67 – 3.1</b>	Realização de reunião de aperfeiçoamento de entendimento técnico em provável data de 11 a 13 de abril entre a Fundação Renova, membros da SECEX/ES e CT-GRSA.

<b>FALA DOS ATINGIDOS – ANTECIPAÇÃO</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Joeci Lopes afirmou que a execução do TTAC e TAC-GOV deveriam estar atreladas à participação adequada dos atingidos e relatou situações de constrangimento durante participações presenciais; ainda, manifestou contra o descaso do Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União, instituições que estavam ausentes do processo de reparação e das reuniões. Reforçou descaso das instituições em relação à Câmara Técnica de Organização Social, que já seguia há 4 meses sem coordenação definida pelos órgãos e reforçou a importância da participação das comissões locais.</p> <p>Liberina Barbosa questionou ao Presidente do CIF sobre a situação da coordenação da CT-OS, e informou que possui provas sobre tentativa de contato e diálogo com a Fundação Renova. Afirmou que a Fundação pagou 158 pescadores na praia do Suá sem grandes exigências de documento, e estavam presentes muitos pescadores sem assistência mesmo depois de comprovações. Afirmou ter provas de tentativa de diálogo com entidades do poder público e Fundação Renova, Ministério Público que disseram não poder ajudar. Precisamos que o CIF nos ajude no processo na justiça, tivemos de protocolar documentos para reconhecer várias cidades.</p> <p>O Presidente do CIF, Rodrigo Agostinho, informou que haviam entrado em contato com a Casa Civil do Governo Federal para resolução da situação de vacância de coordenação da CT-OS.</p>

Por fim, às quinze horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e três, Rodrigo Agostinho finalizou a reunião agradecendo à participação de todos.

Em trinta de março de dois mil e vinte e três, às nove horas e dezoito minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=dChs446DHTM> e presencialmente na cidade de Vitória/ES, teve início o segundo dia da 67ª

Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG

Item 4 – CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO)	
<b>4.1. Análise da Nota Técnica nº 10/2022/ICMBio Santa Cruz - Análise do relatório “Avaliação dos Impactos do Rompimento da barragem de Fundão nas Unidades de Conservação - Área de Proteção Ambiental (APA) Costa das Algas e Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Santa Cruz” em atendimento à cláusula 181 do TTAC.</b>	
<b>Discussão</b>	Frederico Drummond fez apresentação sobre os pontos de pauta referentes a Deliberação CIF de reconhecimento de potencial impacto em várias Unidades de Conservação além das 4 elencadas no TTAC para avaliação e, caso reconhecido o impacto, reparação. Fernando Repinaldo apresentou análise da Nota Técnica 10/2022/CT-Bio, em atendimento ao Relatório de Avaliação de Impacto Ambientais entregue pela Fundação Renova. A APA Costa das Algas é uma unidade de uso sustentável de função para proteger a diversidade e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, assim como a REVIS Santa Cruz. Na metodologia de elaboração do relatório, após 60 dias da entrega do documento, deveria ser elaborada oficina de Plano de Ação para subsidiar as medidas de reparação propostas. Após a entrega dos relatórios com alguns pontos revisados, a CT-Bio aprovou encaminhamento para avançar no plano de ação. Pela Nota Técnica 10/2022/CT-BIO, a Câmara recomendou a aprovação com ressalvas do Relatório de Avaliação de Impactos Ambientais, solicitando que a Fundação Renova apresente versão revisada contendo informações complementares e ajustes solicitados. Foi informada a entrega de relatório pela Fundação nos quais as solicitações foram contempladas. Por fim, a CT-Bio recomendou que a Fundação Renova incorporasse as sugestões metodológicas da nota técnica na elaboração do Plano de Ação e, ainda, apresente cronograma de elaboração e implantação do Plano de Ação no prazo de 30 dias. Mniamá Puri questionou sobre ações de preservação nos territórios de MG, pois a Vale era uma das maiores desmatadoras do território. Frederico Drummond informou que outros pontos da pauta abordariam Unidades de Conservação de Minas Gerais.
<b>Manifestação</b>	Sem manifestações por parte da Fundação Renova
<b>Deliberação nº 662</b>	Aprovada

Item 4 – CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO)	
<b>4.2. Análise da Nota Técnica nº 1/2023/REBIO Comboios/ICMBio - Ações emergenciais inseridas no "Plano de Ação - Reserva Biológica de Comboios - Estratégias de reparação dos impactos do rompimento da barragem de Fundão."</b>	
<b>Discussão</b>	Antônio Almeida informou que o Relatório de Impactos já havia sido aprovado e subsidiou a elaboração do Plano de Ação com as estratégias de reparação dos impactos. Durante as oficinas envolvendo diversos representantes do convívio com a REBIO, proposta dentro do Plano, foi proposto que algumas ações fossem imediatamente iniciadas, então foi elaborada Nota Técnica na CT-BIO; relatou sobre questões a serem reparadas no âmbito da qualidade de água, pois o processo de acreção em curso era prejudicial para as tartarugas. Relatou sobre proposta de revitalização do centro de visitantes, contratação de equipe de atendimento e de assessoria técnica para atuação em atuação em educação ambiental com elaboração do projeto político pedagógico e monitoramento dos resultados dos estudos multidisciplinares em curso.
<b>Manifestação</b>	Laila Medeiros informou que a Fundação Renova acolheu pedido da CT-Bio de análise sobre a viabilidade de início das ações de reparação da UC por esses itens; foi apresentada manifestação por ofício informando o andamento desde o início desse pedido e, diante de evolução na discussão técnica, seria iniciado projeto de análise conceitual para a reforma e discussão para construção do escopo financeiro para contratações. Solicitaram celeridade na análise do Plano de Ação, e sugeriram alteração do termo “emergencial” para “PRIORITÁRIO” ou “inicial”.
<b>Deliberação nº 663</b>	Aprovada

Item 4 - CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO)	
<b>4.3 Análise do relatório “Síntese da Avaliação de Impacto Ambiental das Unidades de Conservação na bacia do Rio Doce e região costeira-marinha-Grupo 3”, elaborada pela FBDS/ FUNDAÇÃO RENOVA em atendimento à cláusula 181 do TTAC.</b>	
<b>Discussão</b>	Nilcemar Bejar fez apresentação da Nota Técnica, que trazia algumas recomendações gerais e ajustes conceituais com relação ao correto termo da zona de amortecimento, algumas questões conceituais quanto a composição do rejeito e sedimento revolvido, e pontuações sobre muitos dos impactos que foram englobados em descrições gerais, o que poderia limitar o entendimento de suas características qualitativas. Os impactos foram classificados em significância e magnitude, conforme seus atributos. A Câmara Técnica solicitou revisão dessa classificação com base nas ponderações apresentadas na nota técnica. Os impactos estão muito relacionados a perdas que as comunidades tiveram em geral dos serviços ambientais prestados pelas UCs, como serviços paisagísticos, lazer, qualidade ambiental, uso público, etc. Proposição de medidas reparatórias foram revisadas e a CT-Bio sugeriu algumas alterações para trazer mais assertividade e proposta de medida específica para recuperação de áreas danificadas do Parque Municipal Governador Valadares. Feita leitura das 31 medidas reparatórias propostas. Apesar das ressalvas, o documento apresentado tinha robustez técnica e atendia às diretrizes do Plano de Trabalho e, considerando o avanço na implementação do Plano, a CT-Bio recomendou aprovação com ressalvas do relatório bem como início das medidas, ficando a aprovação final condicionada à entrega do Relatório Final para o grupo 3. Ivan Fialho registrou solicitação da Unidade de Conservação do Parque Natural Municipal, que recebeu 85 mil visitantes anuais em 2022 e sofreu várias queimadas, reforçando da implementação de projeto de prevenção de queimadas.
<b>Manifestação</b>	Sem objeções por parte da Fundação Renova.
<b>Deliberação nº 664</b>	Aprovada

Item 4 - CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO)	
---	--

<b>4.4 Análise do relatório "Síntese da Avaliação de Impacto Ambiental das Unidades de Conservação na bacia do Rio Doce e região costeira-marinha-Grupo 3", elaborada pela FBDS/ FUNDAÇÃO RENOVA em atendimento à cláusula 181 do TTAC</b>	
<b>Discussão</b>	Nilcemar Bejar fez apresentação da nota técnica relativa ao grupo de UCs número 4, que abrangia Parque Estadual Sete Salões, RPPN Sete de Outubro e Floresta Nacional de Goytacazes; na zona de amortecimento há uma aldeia krenak, portanto foi feito recorte de medidas reparatórias que fossem aplicáveis à área. Em setembro de 2022 houve protocolo do relatório final pela Fundação Renova, que já estava incorporando reuniões devolutivas e questionários encaminhados pelos gestores. Foi feita caracterização de magnitude, a Câmara Técnica propôs algumas revisões a serem incorporadas ou tecnicamente justificadas em relatórios futuros. Consideraram o relatório como apto a aprovação com ressalvas, o que possibilitaria a incorporação das ações propostas no Plano de Ação Integrado, bem como início imediato da implantação destas. Benilde Madeira falou sobre a preservação de ictiofauna no rio e a inviabilização da sobrevivência de espécies devido a alterações nas características do rio. Nilcemar Bejar informou sobre ações buscando renaturalização, no Plano Integrado da Biodiversidade e João Carlos Thomé se disponibilizou a viabilizar diálogo de Benilde Madeira com pesquisadores do tema. Reginaldo Nascimento solicitou que a Cláusula 181 fosse expandida para a região sul da Bahia. Moara Giasson informou que a Cláusula 181 tratava especificamente das Unidades de Conservação e já havia listagem aprovada em deliberação; as questões relativas ao sul da Bahia estavam sendo apreciadas em reuniões intercâmaras.
<b>Manifestação</b>	Laila Medeiros informou sobre plano de ação para conservação dulcícola já em andamento, que realizou caracterização da população e avaliação dos status populacional e que já contava com ações em andamento
<b>Deliberação n° 665</b>	Aprovada

<b>Item 4 - CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO)</b>	
<b>4.5 Inclusão de análises para identificação e quantificação de Metilmercúrio no escopo do programa de monitoramento da biodiversidade aquática, previsto pela cláusula 165 do termo de transação e ajustamento de conduta (TTAC)</b>	
<b>Discussão</b>	Juliano Barbirato informou sobre processo de monitoramento do metilmercúrio no âmbito do PMBA diante da periculosidade do elemento no pescado para alimento. Em relatório de análise pericial, foram analisadas 59 substâncias diretamente associadas ao rejeito armazenadas em Fundão, bem como substâncias químicas já presentes nos sedimentos acumulados nos cursos d'águas afetados e consequentemente mobilizados com a passagem da onda de rejeitos e cheias sazonais. Houve relevante presença do mercúrio e metilmercúrio, que são de grande risco à saúde. A equipe da CT-Bio visualizou a necessidade de haver incremento no âmbito do monitoramento da biodiversidade aquática do metilmercúrio. A Câmara Técnica apresentou proposta de inserção no PMBA da análise do metilmercúrio, uma vez que a análise feita pelo PMQS tem objetivo diferente e os dados não são adequados para a análise do PMBA.
<b>Manifestação</b>	Laila Medeiros informou que após o recebimento da Nota Técnica, a Fundação Renova discutiu a viabilidade para atendê-la, entendendo que a motivação pela inclusão desse elemento extrapola os objetivos da CT-Bio e tange também questões da saúde humana. Reforçou que o metilmercúrio já estava sendo analisado no PMQMS e foi discutida sua exclusão; atualmente foi reintroduzido no escopo do PMQMS em novo formato. Ainda, os dados da perícia identificaram esse elemento na região marinha. Informou que a Fundação Renova passaria 90 dias em discussão para elaborar como o PMBA poderia fornecer essas informações para atendimento da solicitação.
<b>Deliberação n° 666</b>	Aprovada

<b>Item 4 - CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO)</b>	
<b>4.6. Informe sobre processo de criação da APA Foz do Rio Doce</b>	
<b>Discussão</b>	Antônio Almeida apresentou histórico do processo de criação da APA Foz do Rio Doce por demanda dos moradores locais; em 2002 foi doada área pelo governo estadual ao IBAMA para criação da Unidade de Conservação. Após o rompimento, foi acordado que a Fundação Renova ficaria responsável pela implementação. Em paralelo, a desmobilização do terminal de regência trouxe a oportunidade de utilização dessa área para implementação da sede. Foi apresentado desenho conceitual e proposta inicial. Foi informado que a Câmara Técnica estava buscando diálogos setoriais com os diferentes segmentos que estejam organizados em associações e lideranças com objetivo de divulgar a proposta que será submetida a audiência pública. Felipe Rigoni reforçou a importância da criação da APA com atenção à situação da pesca na região, evitando Planos de Manejo demasiadamente excludentes à economia que acabassem por condenar à pobreza os trabalhadores da região. Após finalização dos debates, Jadilson Gomes apresentou sugestão de realização de reuniões exclusivas para escuta das pessoas atingidas.
<b>Encaminhamento E67 – 4.6</b>	Realização de reuniões em território para escuta dos atingidos; serão oficiados MPF e DPU para presença e indicação de data.

<b>FALA DOS ATINGIDOS</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Eliane Gregório repudiou a fala da Fundação Renova em relação aos atingidos e afirmou que não poderiam aceitar que as empresas continuassem operando impunemente negligenciando a segurança e bem-estar das pessoas e meio ambiente. Reforçou a importância do respeito aos atingidos, reparação integral dos danos causados, acesso à água potável e saneamento básico, atenção à saúde, ressarcimento às comunidades atingidas, garantia de abrigo e infraestrutura. Por fim, criticou a ausência dos diretores da Fundação Renova, representantes do Ministério Público e Defensoria Pública.</p> <p>Regina Paiva informou que os pescadores continuariam participando das reuniões em massa até que fossem contemplados com seu reconhecimento e reforçou a importância de um GT para abordar a questão.</p> <p>Lanla Maria relatou violência sofrida pelos pescadores que não tinham acesso ao lucro cessante por dificuldades demasiadas na entrega de documentação comprobatória.</p> <p>Francisco José dos Anjos manifestou que os pescadores estavam em busca de seus direitos diante da contaminação que acometia a região.</p>

Puoná Puri relatou história de apagamento do povo Puri, que estava em busca de seus direitos por demarcação de terras, aldeamento, apoio psicológico, acesso à água potável e garantia de sua dignidade humana enquanto povo marginalizado.

Marú Puri relatou sobre descaso da Samarco, Vale, BHP Billiton e Funai com o povo Puri, que sempre esteve às margens do rio Doce e tiveram seus rituais e costumes roubados pelo desastre da barragem. Registrou pedido de estabelecimento de programas de cultura para a comunidade, reparação histórica e assessoria técnica adequada.

Enéas Ferreira falou sobre a Cláusula 20 do TTAC, que versava sobre identificação das áreas nas quais se constatarem impactos culturais aos indígenas, econômicos aos pescadores, deverá ser realizado estudo contratado pela Fundação Renova e realizado por instituição independente a partir de orientação do CIF. Reforçou o pleito por direitos justos dos pescadores.

Luiz Carlos Peixoto registrou ser desnecessária a criação de GT para avaliar a existência de impactos no sul da Bahia, uma vez que já havia relatório do ICMBio com menção de poluição no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e Reserva Extrativista de Cassurubá, sendo urgente o andamento de ações.

Gabriela Queiroz registrou repúdio à fala de representante da Fundação Renova de desrespeito aos atingidos; falou sobre a importância da integração do estado da Bahia no processo de reparação e criticou a repactuação, que deixará os atingidos à mingua, sendo uma continuação do crime.

Leonardo Bastos fez registro sobre o apagamento do povo Puri da região, sendo urgente o reconhecimento desta população pelo CIF.

Délio Pereira apresentou fala a ser lida: “venho dizer que os ministérios públicos federal e estadual, defensorias públicas, comissões e juízos entraram em acordo, e estão sendo pagos danos materiais. Peço às autoridades que avaliem e encaminhem ao juiz a minha fala para ser incluído o dano saúde nos acordos e indenizações, pois muitos ainda estão doentes, perdemos nossos costumes e a maioria ficou com sequelas, coceiras, manchas e alguns faleceram”

Benilde Madeira relatou situações de exclusão dos pescadores que tinham RGP e afirmou que a Fundação Renova não estava cumprindo adequadamente com as determinações do TTAC.

Willington Costa registrou apoio à liderança de Lia da Pesca e pediu atuação mais presente do Presidente. Afirmou ainda que as lideranças estavam participando assiduamente das reuniões, porém sem sucesso com a execução das ações pela Fundação Renova, e que iriam organizar maneiras de protesto.

Josival Costa informou que os pescadores não conseguiam mais vender no mercado de peixe, e precisavam buscar outras formas de se sustentar, pois a pesca estava muito prejudicada.

Valeriana Gomes registrou que esperava mais apoio do novo governo e da nova gestão do IBAMA; afirmou que os atingidos tinham pouco tempo de fala na reunião, relatou situação dos produtores rurais proprietários de ilhas e clamou por ações emergenciais na saúde.

Lucilene Soares entregou livro ao Presidente do CIF contando a história dos atingidos pela Barragem de Mariana.

Dorival Braga afirmou que muitas localidades estavam sendo esquecidas nas análises de contaminação, com Anchieta, Piúma, Abrolhos, entre outras.

Márcia Souza relatou que, em momento anterior, as reuniões do CIF contavam com a presença do Ministério Público e da Defensoria Pública. Hoje, os atingidos se sentiam desprotegidos pelo poder público que estava ausente. Reforçou a importância da presença dos representantes das empresas réis e dos órgãos públicos.

Deusenildo reforçou que as regras e leis deveriam ser aplicadas a todos de maneira igualitária, e que o processo de reparação estava escolhendo aleatoriamente e sem critérios quais pessoas seriam atendidas e quais seriam ignoradas.

Rogério Benevides relatou sobre passado no qual os pescadores tinham abundância de recurso natural e que hoje em dia já não era suficiente para o sustento familiar, obrigando os pescadores tradicionais a sobreviverem de serviços informais.

Jaciel Lima questionou sobre estudos de avaliação de contaminação da Fundação Renova que foram interrompidos em várias regiões e afirmou que muitas pessoas tiveram acesso à indenização por meios ilícitos e acordos informais com a Fundação.

Lúcia Maria fez relato sobre situação de invasão de rejeitos à residências e solos de populações ribeirinhas, com agravante da contaminação por metilmercúrio, diante da periculosidade do elemento para a saúde humana. Criticou a extensão dos prazos estabelecidos no TTAC, por alongar o processo de reparação.

Reginaldo Nascimento relatou sobre arcabouço de evidências de contaminação na região sul da Bahia e afirmou descumprimento da Deliberação CIF nº 58, que determinava o possível reconhecimento de danos socioeconômicos extraterritoriais.

Benedito Brandão afirmou que era de conhecimento comum que outras barragens viriam a estourar no futuro e prejudicar mais trabalhadores; ainda, afirmou que cotidianamente todos percebiam a água avermelhada com rejeitos e os impactos na biodiversidade aquática advindos da ação das empresas réis.

Manoel Bueno parabenizou o município de Coronel Fabriciano/MG por alcançar seu reconhecimento como atingido no CIF e frisou a importância do reconhecimento integral do município de Serra/ES, que estava sendo negligenciado pela Fundação Renova.

Sérgio Murilo Borges afirmou que, apesar de ser pescador residente em Guarapari, não havia limites geográficos para atividade pesqueira, uma vez que todo o litoral é a fonte de recursos dos pescadores que estavam sendo abandonados na reparação.

Jaimir Braz afirmou que o pescador é trabalhador itinerante e seu endereço era o mar; a reparação da Fundação Renova estava fazendo separação e discriminação de pescadores por CEP.

Pedro Conceição relatou que seu RGP era datado de 2010 e seu cadastro para auxílio financeiro estava há 5 anos em análise. Relatou as dificuldades de comprovação junto à Fundação Renova e pediu apoio das autoridades públicas para justiça.

Carlito Modesto questionou por que não havia sido reconhecido como pescador até hoje pela Fundação Renova.

João Elias Estevão relatou sobre projeto de desenvolvimento de piscicultura em assentamento pelo INCRA e sobre necessidade de audiência pública com a Fundação Renova para aquisição de 20 tanques rede para criação de tilápia.

Fabiene Moreira apresentou formulário de reconhecimento como atingida pela Fundação Renova e afirmou que, mesmo assim, não havia sido indenizada como deveria. Criticou a demora nas devolutivas e excessivas análises das situações vivenciadas diariamente pelos atingidos, que tinham pressa em receberem assistência.

Milton Jorge pediu apoio do CIF para resolução da situação dos pescadores, pois o desastre destruiu a cadeia produtiva da pesca, e relatou sobre ações em órgãos públicos, como Ministério do Trabalho e Ministério Público que haviam iniciado, porém foram interrompidas.

Thiago Lopes questionou sobre acesso dos atingidos da Bahia ao custeio para participação de reuniões do CIF, ao que Moara Giasson respondeu como sendo determinações competentes aos ministérios públicos e defensorias públicas.

Carlos Belônio solicitou mais apoio e assertividade do poder público nas devolutivas de questões, pois as representações e lideranças de atingidos estavam sendo cobradas em territórios e não conseguiam levar respostas. Ainda, reforçou a importância do reconhecimento da cadeia produtiva da pesca de maneira integral.

Neia relatou casos nos quais pessoas evitam consumir o pescado do Espírito Santo e reforçou o reconhecimento de toda a maré do estado como contaminada para recebimento de ações de reparação.

Patrícia Oliveira afirmou ser vergonhosa a ação da Fundação Renova em relação ao lucro cessante para agricultores e pescadores e relatou o adoecimento das pessoas da região em função do contato com a água.

#### Item 6 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)

##### 6.1 e 6.3 Descumprimento da Deliberação 646/2022- Plano de Ação em Saúde de Linhares e Descumprimento da Deliberação 645/2022- Plano de Ação em Saúde de Raul Soares.

<b>Discussão</b>	Luiz Fernando Prado fez breve apresentação dos itens, informando que os Planos de Ação em Saúde dos referidos municípios haviam sido aprovados em deliberação do CIF ao final de 2022 e havia sido determinado prazo de 60 dias para início da implementação das ações. Até o momento, nenhuma ação havia sido implementada. Não foi identificado nenhum argumento novo na manifestação apresentada pela Fundação Renova, que repetia argumentos comonexo de causalidade e realização dos estudos em saúde para tomada de ação. Diante da situação, a Câmara Técnica de Saúde recomendou ao CIF a notificação da Fundação Renova pelo descumprimento das Deliberações CIF nº 645 e 646. Jadilson Gomes registrou ser inadmissível a postura da Fundação Renova ao tratar de saúde, pois era tema de urgência para os atingidos e a Fundação recorrentemente se negava a cumprir as determinações do TTAC sobre a questão.
<b>Manifestação</b>	A Fundação Renova apresentou manifestação relativa aos itens 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4 reforçando que era contrária à aplicação de multa por não execução dos Planos de Ação em Saúde pois entendiam que as ações em saúde deveriam ser orientadas pelos resultados dos estudos em saúde nos respectivos municípios.
<b>Deliberação nº 667</b>	Aprovada com objeções por parte da Fundação Renova.
<b>Deliberação nº 668</b>	Aprovada com objeções por parte da Fundação Renova.

#### Item 6 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)

##### 6.2 Descumprimento da Deliberação 624/2022- Planos de Ação em Saúde de Bugre, Aracruz e Rio da Casca

<b>Discussão</b>	Luiz Fernando Prado informou que a Fundação Renova já havia sido notificada pelo descumprimento dos Planos de Ação em Saúde de Bugre, Aracruz e Rio Casca, e que havia sido determinado prazo de 45 dias para sanar descumprimento e comprovação de início das ações. Até o momento não havia sido indicada nenhuma ação iniciada, portanto a CT-SAÚDE recomendou ao CIF aplicação de multa à Fundação Renova.
<b>Deliberação nº 669</b>	Aprovada com objeções por parte da Fundação Renova.

#### Item 6 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)

##### 6.4 EXTRAPAUTA – Descumprimento da Deliberação CIF nº 620 – Plano de Ação em Saúde de Aimorés/MG

<b>Discussão</b>	Luiz Fernando Prado informou que o Plano de Ação em Saúde de Aimorés havia sido aprovado pelo CIF ao final de 2022 e que a Fundação Renova já havia sido notificada para sanar descumprimento da deliberação de aprovação. A Fundação Renova apresentou manifestação solicitando reconsideração da aplicação de multa, alegando que o município recebia recursos de outros órgãos para execução de ações em saúde, o que na visão da Câmara Técnica apenas reafirmava que o Sistema Único de Saúde estava absorvendo o aumento de demanda de saúde diante da inércia de ações da Fundação. Portanto, a CT-SAÚDE manteve recomendação de aplicação de multa. Tendo em vista não concordância da FR com a inclusão do tema extra-pauta, e visando à segurança jurídica, o tema será debatido na próxima reunião do CIF.
------------------	---

#### Item 6 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)

##### 6.5 EXTRAPAUTA – Nota de Repúdio à fala de representante da Fundação Renova

<b>Discussão</b>	Luiz Fernando relatou sobre última Reunião Ordinária da CT-SAÚDE, na qual houve infeliz fala de representante da Fundação pelo chat da reunião virtual; a representante disse que os atingidos “seriam artistas que iam para as reuniões serem gravados e receber auxílio alimentação”. Durante a reunião, os atingidos se manifestaram sobre essa fala desrespeitosa e estigmatizante; a Câmara Técnica reuniu posicionamento comum de todos os membros quanto a esta fala. O coordenador afirmou ser uma situação inadmissível de se acontecer em lugar no qual deveríamos estar tratando as pessoas como prioridade. afirmou que a Câmara Técnica se solidariza com os atingidos e julga inadmissível tal constrangimento, pois são pessoas que tiveram seus direitos violados e estão participando da luta por reparação. Ao longo da reunião foi reiterado que não se tratava de posição institucional da Fundação Renova, contudo a externalizadora da fala compõe o quadro da instituição e lá estava como representante, por isso é urgente que a Fundação Renova preste esclarecimentos, desculpas formais direcionadas às pessoas atingidas e tomada das medidas cabíveis. Por fim, a CT-Saúde reiterou que a melhor forma de pedir desculpas pelo ocorrido é a execução adequada e célere dos Planos de Ação em Saúde. O espaço de discussão técnica é aberto à participação da sociedade civil, e essa
------------------	--



	<p>contribuição deve ser encorajada, e não constrangida. Eliane Gregório lamentou a recorrente postura de desrespeito da Fundação Renova com atingidos em reuniões da CT-SAÚDE, CT-ECLET e CT-EI; registrou a importância da realização das ações em saúde como prioridade na vida dos atingidos e registrou que não considerava o pedido de desculpas da Fundação Renova. Márcia Souza reiterou questionamento da membro Juliane Barroso sobre o valor da multa aplicada ser inferior ao valor dos Planos de Ação em Saúde, sendo vantajoso o não cumprimento, fazendo com que o trabalho executado pela Câmara Técnica e pelo município fosse desrespeitado. Solicitou a realização de novos exames de urina e de sangue na população atingida e lamentou a ausência das pessoas responsáveis pelas ofensas proferidas durante o pedido de desculpas da Fundação Renova. Jadilson Gomes registrou que não aceitava o pedido de desculpas da Fundação Renova, pois o episódio evidenciada a visão estigmatizante que a instituição tinha sobre as pessoas atingidas, e ressaltou a importância de retomar o objetivo principal de criação da Fundação Renova: a execução de reparação justa. Juliane Barroso e Luis Gabriel Mendonza registraram que a melhor retratação da Fundação Renova seria o cumprimento adequado e célere dos Planos de Ação em Saúde, para além de palavras institucionais. Joeci Lopes registrou que a ofensa foi proferida durante sua fala na CT-SAÚDE e reforçou a responsabilidade das empresas réis e da Fundação Renova de atender imediatamente as questões de saúde dos municípios atingidos. Moara Giasson ressaltou a importância de que a Fundação Renova combata internamente a cultura de natureza semelhante aos da fala proferida na reunião da CT-SAÚDE, pois é imprescindível que seja salvaguardado ambiente de respeito durante o processo. Eliane Gregório criticou a postura de atingidos que foram custeados pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos para representarem seus territórios e estavam se ausentando da reunião. Rodrigo Agostinho registrou solidariedade a todas as pessoas atingidas e afirmou que a Fundação Renova deveria buscar mais eficiência em sua atuação, todavia era importante o reconhecimento da real responsabilidade pelo desastre que deveria ser endereçado às mineradoras réis.</p>
<b>Manifestação</b>	<p>Carlos Cenachi afirmou que, durante a reunião, outros colaboradores se manifestaram contrários ao comentário que foi feito, e assim que a Fundação tomou conhecimento internamente, manifestaram-se coletivamente enquanto instituição e colaboradores. Foi lida manifestação da Fundação, na qual a instituição repudia a atitude da colaboradora, que foi gravosa e contrária ao posicionamento da Renova e que em nada reflete a sua atuação. A Fundação Renova tem como valores máximos a reparação e respeito aos atingidos e possui código de conduta de direitos humanos; a colaboradora foi afastada de suas atividades e passará pelas medidas cabíveis. A Fundação pede desculpas aos atingidos, membros de CTs, CIF e colaboradores da Renova que trabalham pelo cumprimento do TTAC. A Fundação solicitou apoio das CTs e Presidência do CIF para garantia de viés técnico das reuniões e que não sejam permitidos tratamentos desproporcionais, desrespeitosos e desumanos com qualquer dos participantes.</p>

<b>Item 9 – FUNDAÇÃO RENOVA</b>	
<b>9.1. Pedido de Reconhecimento de Cumprimento e Encerramento da Cláusula 141 do TTAC</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Ana Cristina Lage fez explicação sobre a cláusula 141 do TTAC, que determina que a Fundação Renova deveria ressarcir aos compromitentes destacados no TTAC os gastos públicos extraordinários decorrentes do evento; já a cláusula 142 tratava do ressarcimento aos municípios impactados e a cláusula 143 também tratava dos ressarcimentos aos compromitentes aqueles que não puderam ser levantados até a assinatura do TTAC. A solicitação da Fundação Renova de encerramento da 141 é se dava pela execução das obrigações previsto no TTAC, com os valores declarados pelos próprios órgãos, que tiveram gastos extraordinários à época do rompimento, no período emergencial. A cláusula traz que os valores devem ser corrigidos pelo IPCA, o que foi feito. Portanto, a Fundação solicitou o encerramento da cláusula visto que as obrigações determinadas foram cumpridas, o que não impactaria na execução do programa, bem como outras questões que viessem a ser levantadas pelos municípios, e os gastos levantados de mesma natureza ainda podem ser apresentados e tratados no âmbito da cláusula 143. A Renova apresentou à CT-EI toda a documentação comprobatória, a CT-EI recomendou a aprovação após análise da documentação e a Ernest &amp; Young emitiu parecer favorável ao encerramento da cláusula. Margareth Saraiva questionou sobre possibilidades de asseguramento jurídico para as cláusulas 142 e 143 diante do possível encerramento da cláusula 141. Ana Lage reforçou que não havia comprometimento às cláusulas 142 e 143, visto que tão somente as obrigações relativas à cláusula 141 haviam sido cumpridas; a própria cláusula 143 salvaguardava a inclusão de gastos extraordinários não previstos à época de assinatura do TTAC. Ajustada minuta de deliberação para contemplar as questões levantadas pelos membros.</p>
<b>Deliberação nº 670</b>	Aprovada

Por fim, às dezoito horas e trinta minutos do dia trinta de março de dois mil e vinte e três, o Presidente Rodrigo Agostinho finalizou a reunião agradecendo à participação de todos.

Em trinta e um de março de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e cinco minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=GSZVqwFZ4Qg> e presencialmente na cidade de Vitória/ES, teve início o terceiro dia da 67ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/

<b>Item 7 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DA ÁGUA (CT-SHQA)</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Maurrem Vieira iniciou apresentação informando sobre o PMQQS, que foi definido no TTAC pensado para monitorar a água, pois as outras ações que estavam sendo tomadas na bacia é que tinham o objetivo de intervir para melhorar a qualidade. O programa foi pensado em conjunto entre órgãos federais e estaduais e foi aprovado por todos esses atores. O objetivo do programa é gerar banco de dados confiáveis sobre a qualidade da água, com parâmetros físicos, químicos e biológicos da área ambiental I definida no TTAC. A função do GTA é acompanhar esse processo e divulgar os resultados para a sociedade.</p> <p>Objetivos específicos do programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· definição de pontos, parâmetros e frequência</li> <li>· definição de procedimentos e metodologias da coleta e análise laboratoriais</li> <li>· definição de critérios de qualificação e validação dos dados gerados.</li> <li>· armazenamento dos dados em banco de dados</li> <li>· disponibilização dos dados de forma a atender a cláusula 12 do TTAC</li> <li>· avaliação periódica do programa.</li> </ul>

	<p>Houve aprovação em deliberação das bases mínimas, posteriormente houve aprovação da primeira revisão e, em seguida, aprovação das bases mínimas para a segunda revisão.</p> <p>Em agosto de 2022, Fundação Renova, Câmara Técnica e representantes dos atingidos se reuniram para discussão da proposta da segunda revisão. Foi proposta a duração do programa até 2030, com revisões bianuais, observado o andamento de outros programas do TTAC, alterações na malha amostral, parâmetros e frequência. As alterações propostas pelo grupo técnico foram todas atendidas.</p> <p>Mniamá Puri relatou sobre impacto do rompimento da barragem na hidrelétrica de Aimorés, o que acabou por prejudicar o acesso à água potável dos moradores da região. Joeci Lopes relatou sobre território da foz sul do rio Doce que não era contemplado no monitoramento estabelecido pelo TTAC, e afirmou que os atingidos não queriam repactuação, e sim reconhecimentos para além do TTAC. Lúcia Maria questionou sobre monitoramento do metilmercúrio no rio Doce, ao que Maurrem Vieira respondeu sendo realizado por testemunho de sedimento.</p>
<b>Manifestação</b>	Sem objeções por parte da Fundação Renova
<b>Deliberação nº 671</b>	Aprovada

<b>Item 7 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DA ÁGUA (CT-SHQA)</b>	
<b>7.2. Aprovação dos pleitos dos municípios de Bom Jesus do Galho, Dionísio, Rio Casca e Rio Doce no âmbito do "Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e de Destinação de Resíduos Sólidos.</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Alessandra Jardim fez breve apresentação sobre o PG31, que direciona 500 milhões de reais para ações em saneamento básico, esgotamento e resíduos para 39 municípios, que são responsáveis pela execução das ações e obras.</p> <p>Bom Jesus do Galho/MG solicita recurso para obras de implantação de galpão de triagem de materiais recicláveis no valor de R\$ 787.832,18, contemplando todo o valor do teto do município, considerando o cancelamento de um pleito em dezembro de 2022. O pleito se enquadra na ação prevista no item 8.3 do Anexo C da Nota Técnica 121 e tem aderência ao PMSB do município. Após análise, a Câmara Técnica considerou apto o pleito.</p> <p>Dionísio/MG solicita recurso para execução de obras de implantação do SES completo no Distrito de Conceição de Minas de Dionísio/MG no valor de R\$ 1.220.12,66. O município já tem 3 pleitos aprovado e, para cobrir os custos da obra do referido pleito, solicitam o repasse do valor disponível no teto do SES. O pleito está aderente ao PMSB do município. Após análise, a Câmara Técnica considerou apto o pleito</p> <p>Rio Casca/MG solicita recurso para elaboração de plano de recuperação de área degradada do antigo lixão de Rio Casca, no valor de R\$ 63.626,00. O município tem apenas um pleito aprovado no CIF. Atualmente, o município destina seus resíduos para o aterro sanitário da União Reciclável e o lixão passou a ser utilizado para operação da estação de transbordo. O município pretende encerrar as atividades da estação, encaminhando os resíduos diretamente para o aterro CTR Ibituruna e realizar a recuperação ambiental dessa área. O pleito do município está aderente ao seu Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Após análise, a Câmara Técnica considerou apto o pleito.</p> <p>Rio Doce/MG solicita recursos para reformas e melhorias na Usina de Triagem e Compostagem de Rio Doce/MG no valor de R\$ 171.055,11. Para realização das obras, o município solicita o montante disponível do teto de RSU e, ainda, o valor de R\$ 71.787,04 da correção do IPCA. O pleito do município está aderente ao seu Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Após análise, a Câmara Técnica considerou apto o pleito.</p>
<b>Manifestação</b>	Sem objeções por parte da Fundação Renova
<b>Deliberação nº 672</b>	Aprovada

<b>Item 8 – COMITÊ GESTOR PRÓ-RIO DOCE</b>	
<b>8.1. Pedido de Reconhecimento do Município de Coronel Fabriciano</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Thais Vilas Boas fez fala sobre processo de reconhecimento do município de Coronel Fabriciano/MG como atingido. Relatou que foram muitas manifestações de apoio de atingidos ao longo desse tempo para legitimar esse reconhecimento. As principais motivações para esse reconhecimento são de natureza socioeconômica e interdependência de serviços públicos de impacto socioeconômico, pois Coronel Fabriciano está integrado na região metropolitana e todos os municípios ao redor são já reconhecidos como atingidos. A CT-Saúde verificou e demonstrou impacto na saúde coletiva do município pelo atendimento regionalizado via SUS, absorvendo a demanda dos municípios da região. Afirmou que não houve nenhum posicionamento contrário de qualquer Câmara Técnica ao reconhecimento, mas sim CTs que não verificaram aderência temática aos seus programas de acompanhamento. Diante de análise técnica profunda, foi elaborada proposta de evitar somente um reconhecimento genérico, e sim especificado em quais programas o município deverá ser abrangido, considerando que existem diferentes graus e gradações de impacto; a proposição será apresentada em prazo de 30 dias. Junior Loss ressaltou a importância da delimitação dos programas aos quais Coronel Fabriciano seria elegível, a fim de evitar prejuízos a outros municípios já atendidos pelo TTAC. Manoel Bueno novamente congratulou o município pelo reconhecimento e reforçou a importância do cumprimento da Deliberação CIF nº 58 e do reconhecimento integral do município de Serra/ES.</p>
<b>Manifestação</b>	A Fundação Renova manifestou discordância quanto ao reconhecimento do município por entender que a inclusão de novos municípios atingidos não estaria sob competência do CIF tampouco da Fundação Renova, devendo ser processo construído conjuntamente com os demais órgãos signatários do TTAC em renegociação.
<b>Deliberação nº 673</b>	Aprovada com objeções por parte da Fundação Renova.



Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO (CT-ECLET)	
<b>5.1 Alteração dos Indicadores no Documento de Definição do PG-11</b>	
<b>Discussão</b>	Renato Braga informou que a nota técnica apresentada já tinha consenso com a Fundação Renova e tratava-se somente de ajuste semântico nos indicadores do PG11 apontados pela auditoria Ernest&Young que foram ajustados em consenso com a Fundação Renova. Portanto, a CT-ECLET recomendava a aprovação dos ajustes no programa para acompanhamento adequado pela auditoria. Juliane Barroso questionou se não seria mais adequado que a auditoria validasse as alterações nos indicadores a fim de evitar retrabalho de aprovação pelo CIF. Thays Coutinho esclareceu que os ajustes seriam verificados nos próximos ciclos de auditoria dos programas. Anna Cláudia Tristão explicou que os ajustes foram feitos com base nos apontamentos semânticos levantados pela auditoria, sem qualquer prejuízo de mérito à aprovação do programa. Eliane Gregório registrou dificuldade em participar das reuniões da CT-ECLET e afirmou que não estão conseguindo direcionar devolutivas às pessoas atingidas nos territórios. Moara Giasson orientou que as pessoas atingidas buscassem as representações de membros atingidos dentro das Câmaras Técnicas para proposição de pautas de interesse.
<b>Manifestação</b>	Carlos Cenachi manifestou concordância em relação a delimitação de alterações que poderiam ser aprovadas somente no âmbito da Câmara Técnica, sem necessidade de aprovação pelo CIF, para celeridade dos processos.
<b>Deliberação nº 674</b>	Aprovada

Ao final da pauta, Margareth Saraiva abordou o tema da Agenda Integrada. Encaminhamento: O CIF oficiará o juízo sobre processo da Agenda Integrada para perícia de recorte sobre o que está sendo feito.

Por fim, às doze horas e onze minutos do dia trinta e um de março de dois mil e vinte e três, o Presidente Rodrigo Agostinho deu por encerrada a 68ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo.



Documento assinado eletronicamente por **MOARA MENTA GIASSEN, Secretária-Executiva do Comitê Interfederativo**, em 08/05/2023, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **15527864** e o código CRC **B69442A9**.